



16 de dezembro de 2022
Contas Regionais (Base 2016)
2020 final e 2021 provisório

A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA REGISTOU O AUMENTO MAIS ACENTUADO DO PIB EM 2021, AINDA ASSIM FOI NA REGIÃO CENTRO QUE O PIB FICOU MAIS PRÓXIMO DO NÍVEL DE 2019

Em termos reais, estima-se que em 2021, o PIB tenha crescido em todas as regiões, em especial na Região Autónoma da Madeira (8,0%) e no Alentejo (6,8%). A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve (ambas com 5,6%) e o Norte (5,4%) registaram crescimentos semelhantes ao país, enquanto a Região Autónoma dos Açores (5,0%) e o Centro (4,8%) apresentaram crescimentos mais moderados.

Comparativamente com 2019, as regiões Centro e Norte foram as que mais recuperaram, ficando, ainda assim, em volume, -1,2% e -1,5%, respetivamente, abaixo. A Região Autónoma da Madeira e o Algarve ficaram -8,6% e -13,7%, aquém do valor do ano pré pandemia.

Estima-se que, em 2021, Norte, Centro e Alentejo tenham ultrapassado o PIB que apresentavam em 2019, ao contrário das restantes regiões, em especial a Região Autónoma da Madeira e o Algarve que, apesar do crescimento acentuado, terão permanecido nominalmente cerca de -4,5% e -9,7%, respetivamente abaixo do valor desse ano.

Em 2020 todas as regiões registaram decréscimos reais do PIB, destacando-se o Algarve (-18,3%) e a Região Autónoma da Madeira (-15,4%) que foram as mais afetadas pelos efeitos económicos da pandemia COVID-19.

O PIB *per capita* nas vinte e cinco regiões NUTS III, tomando como referência a média nacional situou-se, em 2020, entre os extremos observados na Área Metropolitana de Lisboa (128,4) e na região Tâmega e Sousa (63,6), como já acontecia no ano anterior, tendo essa diferença diminuído de 69,6 p.p. em 2019 para 64,8 p.p.

O INE divulga as Contas Regionais finais de 2020 e provisórias de 2021 consistentes com as Contas Nacionais Anuais, publicadas em 23 de setembro de 2022. Na primeira parte deste destaque são apresentados os principais resultados provisórios, para 2021, seguindo-se a informação com caráter final referente a 2020, que inclui PIB, VAB, análise da Coesão Regional, Formação Bruta de Capital Fixo e Contas das Famílias. No final é apresentado um breve resumo das revisões de 2020 relativas aos resultados provisórios.

Os resultados de 2020, agora divulgados, beneficiam de informação mais sólida, completa e detalhada que a anterior versão provisória.

São igualmente atualizados os resultados do PIB das regiões portuguesas em Paridades de Poder de Compra, refletindo já a informação mais recente disponibilizada ontem pelo INE e pelo Eurostat.



Para além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder no portal do INE, na área das Contas Nacionais, especificamente em D – Contas Regionais, a toda a informação detalhada disponível:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010b2016&contexto=cr&selTab=tab3&perfil=392023561&INST=391966542

I. Produto Interno Bruto

1. Resultados provisórios de 2021

Em 2021, o PIB do país registou um crescimento nominal de 7,0%. De acordo com os resultados provisórios das Contas Regionais, todas as regiões apresentaram variações nominais positivas, sendo as mais intensas registadas na Região Autónoma da Madeira (10,0%), no Alentejo (9,5%) e no Algarve (8,4%). Para as restantes regiões estimam-se variações nominais abaixo da média do país, 6,8% no Norte, 6,6% na Área Metropolitana de Lisboa, 6,4% no Centro e 6,2% na Região Autónoma dos Açores.

Estima-se que, em 2021, o PIB das regiões Norte, Centro e Alentejo, tenham ultrapassado o nível do ano pré pandemia, ao contrário das restantes regiões, em especial a Região Autónoma da Madeira e o Algarve que, apesar do crescimento, terão registado valores cerca de 4,5% e 9,7%, respetivamente abaixo de 2019.

Figura 1. Produto Interno Bruto por NUTS II – 2021Po

Regiões	2021Po			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	64.709	30,2	6,8	5,4
Centro	40.978	19,1	6,4	4,8
A. M. Lisboa	76.405	35,6	6,6	5,6
Alentejo	13.659	6,4	9,5	6,8
Algarve	9.245	4,3	8,4	5,6
R. A. Açores	4.421	2,1	6,2	5,0
R. A. Madeira	4.896	2,3	10,0	8,0
Extra-regio	158	0,1	-	-
Portugal	214.471	100,0	7,0	5,5

Po - dados provisórios

Em termos reais, o PIB aumentou 5,5% no país e registou crescimento em todas as regiões, em especial na Região Autónoma da Madeira (8,0%) e no Alentejo (6,8%). A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve (ambas com 5,6%) e o Norte (5,4%) registaram crescimentos semelhantes ao país, enquanto a Região Autónoma dos Açores (5,0%) e o Centro (4,8%) apresentaram crescimentos reais mais moderados.

Para o crescimento real do PIB da Região Autónoma da Madeira contribuiu significativamente o VAB dos ramos do comércio, transportes, alojamento e restauração, dos serviços prestados às empresas e da administração



pública, saúde e educação, atividades com relevância significativa na estrutura produtiva da região, que registaram acréscimos do VAB, em volume, de 14,8%, 19,9% e 4,4%, respetivamente.

No Alentejo, o acréscimo do PIB foi, em grande medida, determinado pelo crescimento significativo do VAB do ramo da *indústria transformadora* (25,6%), em particular em unidades de grande dimensão do setor petroquímico, instaladas no complexo portuário, industrial e logístico de Sines, e em menor escala pelo crescimento do VAB da *indústria extrativa* (27,8%).

O aumento de 5,6% do PIB observado na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, foi sobretudo reflexo do crescimento do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, com acréscimos em volume de 8,1% e 7,0%, respetivamente. O PIB destas regiões também beneficiou dos crescimentos nos ramos dos *serviços prestados às empresas* (6,2% e 6,9%), da *administração pública, saúde e educação* (4,8% e 4,4%) e das *atividades imobiliárias* (2,5% e 2,4%), respetivamente.

Relativamente à região Norte, destaca-se o crescimento do VAB da *indústria e energia* (6,2%), dos *serviços de informação e comunicação* (11,3%) e da *administração pública, saúde e educação* (4,6%), ramos que cresceram acima do país contribuindo para o crescimento do PIB desta região.

A evolução relativamente moderada do PIB da região Centro traduz um crescimento do VAB inferior ao do país em todos os ramos de atividade, com exceção da *agricultura, silvicultura e pesca* que aumentou 10,6%.

A variação do PIB da Região Autónoma dos Açores, embora tenha beneficiado do crescimento claramente acima do país do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (13,3%), foi condicionada pelo decréscimo do VAB da *indústria e energia* (-3,3%).

2. Resultados finais de 2020

Em 2020, ano com fortes restrições sobre a atividade económica devido à pandemia COVID-19, o PIB do país registou uma variação nominal de -6,5% e real de -8,3%. Em termos nominais, o PIB decresceu em todas as regiões, embora de forma mais acentuada no Algarve (-16,7%) e na Região Autónoma da Madeira (-13,2%), regiões que têm em comum um peso relativo elevado nas suas economias das atividades ligadas ao turismo. Na Área Metropolitana de Lisboa (-7,5%), na Região Autónoma dos Açores (-7,2%) e no Alentejo (-6,7%), registaram-se decréscimos menos acentuados, embora superiores à média nacional. As regiões Norte (-4,6%) e Centro (-3,7%) apresentaram decréscimos nominais mais moderados e inferiores à média nacional.

Em termos reais, em 2020, o PIB contraiu em todas as regiões, em especial no Algarve (-18,3%) e na Região Autónoma da Madeira (-15,4%). A Área Metropolitana de Lisboa (-9,2%), a Região Autónoma dos Açores (-9,1%) e o Alentejo (-8,6%) registaram contrações mais próximas do país, enquanto o Norte (-6,5%) e o Centro (-5,7%) foram as regiões que mais resistiram aos efeitos económicos da pandemia.



Figura 2. Produto Interno Bruto por NUTS II – 2020

Regiões	2020			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	60.579	30,2	-4,6	-6,5
Centro	38.530	19,2	-3,7	-5,7
A. M. Lisboa	71.642	35,7	-7,5	-9,2
Alentejo	12.477	6,2	-6,7	-8,6
Algarve	8.528	4,3	-16,7	-18,3
R. A. Açores	4.163	2,1	-7,2	-9,1
R. A. Madeira	4.450	2,2	-13,2	-15,4
Extra-regio	151	0,1	-	-
Portugal	200.519	100,0	-6,5	-8,3

Como atrás já sugerido a contração do PIB do Algarve e da Região Autónoma da Madeira esteve largamente associada à forte redução de atividade económica no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, tendo o VAB correspondente contraído 34,1% em volume em ambas as regiões, decréscimo superior à média nacional (-20,4%). O PIB destas duas regiões, foi igualmente afetado pelo decréscimo do VAB dos *serviços prestados às empresas*, especificamente em ramos ligados à atividade turística, como as atividades de aluguer, agências de viagem, operadores turísticos e trabalho temporário, com decréscimos reais de 26,4% e 35,6%, respetivamente. O PIB do Algarve foi ainda afetado pela contração do VAB dos *outros serviços*, onde se incluem as atividades artísticas e de espetáculos, desportivas e serviços pessoais (-33,7%).

A evolução do PIB da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Autónoma dos Açores também foi influenciada em grande medida pela contração da atividade turística associada às restrições impostas pela pandemia, com uma contração real do VAB destas atividades de 24,9% e 29,0%, respetivamente. Contudo, a Área Metropolitana de Lisboa beneficiou do crescimento do VAB do ramo dos *serviços de informação e comunicação* (7,8%) e na Região Autónoma dos Açores o PIB foi influenciado positivamente pelo crescimento do VAB da *agricultura, silvicultura e pesca* (4,3%) e da *indústria e energia* (3,6%).

No Alentejo, o decréscimo do PIB foi, em grande medida, determinado pela contração significativa do VAB do ramo da *indústria e energia* (-19,9%), em particular em unidades de grande dimensão do setor petroquímico, instaladas no complexo portuário, industrial e logístico de Sines. Nesta região, o VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* não foi tão afetado pela pandemia, apresentando uma contração real inferior ao país (-11,7%).

Nas regiões Norte e Centro, o PIB contraiu menos que o país, não apenas devido ao comportamento menos desfavorável do VAB da *indústria e energia* (-5,3% e -5,7%, respetivamente face a -7,3% no país) mas também por terem registado decréscimos reais menos acentuados do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (-15,4% e -10,9%, respetivamente).

Em 2020, a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre o VAB em termos reais e o emprego total medido em indivíduos, diminuiu 6,1% no país, com todas as regiões a registarem decréscimos da produtividade,



sendo os mais expressivos, e superiores à média nacional, observados nas regiões Algarve (-12,9%) e na Região Autónoma da Madeira (-12,7%). A Região Autónoma dos Açores (-8,6%), o Alentejo (-7,8%) e a Área Metropolitana de Lisboa (-6,7%) registaram decréscimos da produtividade próximos da média nacional, enquanto o Norte e o Centro (-4,3%), registaram decréscimos da produtividade menos acentuados que a média do país.

Figura 3. VAB, Produtividade e Custo trabalho por unidade produzida por NUTS II – 2020

Regiões	2020							
	VAB		Variação					
	10 ⁶ Euros	%	Valor (%)	Volume (%)	Indivíduos totais (%)	Produtividade (%)	Remuneração Média (%)	Custo Trabalho por Unidade Produzida (%)
Norte	52.788	30,2	-4,0	-5,9	-1,7	-4,3	2,3	6,9
Centro	33.575	19,2	-3,1	-5,2	-1,0	-4,3	1,7	6,2
A. M. Lisboa	62.429	35,7	-6,8	-8,7	-2,2	-6,7	1,2	8,4
Alentejo	10.872	6,2	-6,0	-8,1	-0,3	-7,8	1,6	10,1
Algarve	7.431	4,3	-16,1	-17,9	-5,7	-12,9	-0,9	13,8
R. A. Açores	3.628	2,1	-6,6	-8,6	0,0	-8,6	1,2	10,7
R. A. Madeira	3.914	2,2	-12,5	-14,8	-2,4	-12,7	0,6	15,2
Extra-regio	131	0,1	-	-	-	-	-	-
Portugal	174.768	100,0	-5,8	-7,8	-1,8	-6,1	1,5	8,1

Como resultado do diferencial de crescimento da produtividade face à variação da remuneração média anual, o custo de trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentou em todas as regiões, embora com menos expressão no Centro (6,2%) e no Norte (6,9%) e mais intensamente na Região Autónoma da Madeira (15,2%) e no Algarve (13,8%). A Área Metropolitana de Lisboa apresentou uma variação dos CTUP próxima do país (8,4%).

II. Coesão Regional

A figura 4 apresenta os índices de disparidade regional do PIB *per capita*¹ das regiões NUTS II e NUTS III, em relação à média nacional (Portugal = 100). Note-se que a Área Metropolitana de Lisboa, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são simultaneamente regiões NUTS II e NUTS III.

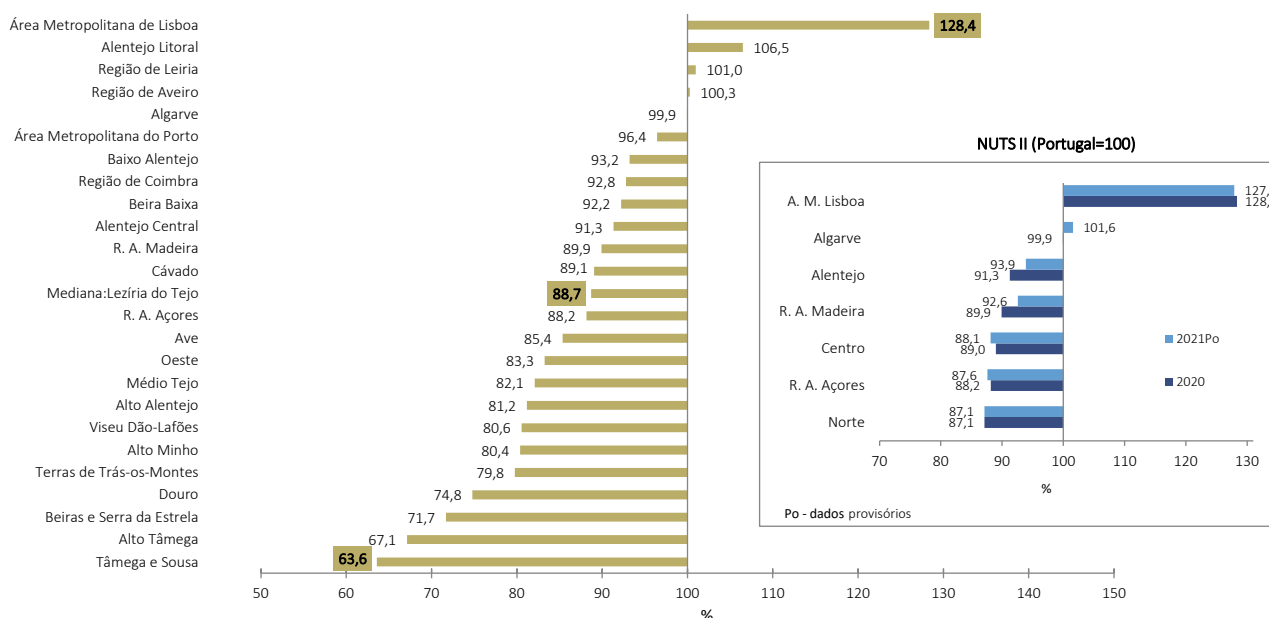
Em 2020, a Área Metropolitana de Lisboa era a única região NUTS II com o índice de disparidade regional do PIB *per capita* superior à média nacional (128,4), embora inferior ao de 2019 (130,2). A região do Algarve apresentou em 2020 um índice (99,9) ligeiramente abaixo da média nacional, tendo diminuído 12,1 p.p. face a 2019. As restantes regiões NUTS II apresentavam índices inferiores à média nacional, sendo o Norte a região com o menor índice (87,1) e o Alentejo com o índice (91,3) mais próximo da média nacional.

Os dados provisórios referentes a 2021 indiciam uma diminuição da disparidade regional do PIB relativamente a 2020, uma vez que a região Norte manteve o índice do ano anterior e a Área Metropolitana de Lisboa, embora continue a apresentar o índice de disparidade mais elevado, registou uma redução de 0,5 p.p..

1 O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente.



Figura 4. Índices do PIB *per capita*, por NUTS III – 2020 (Portugal=100)



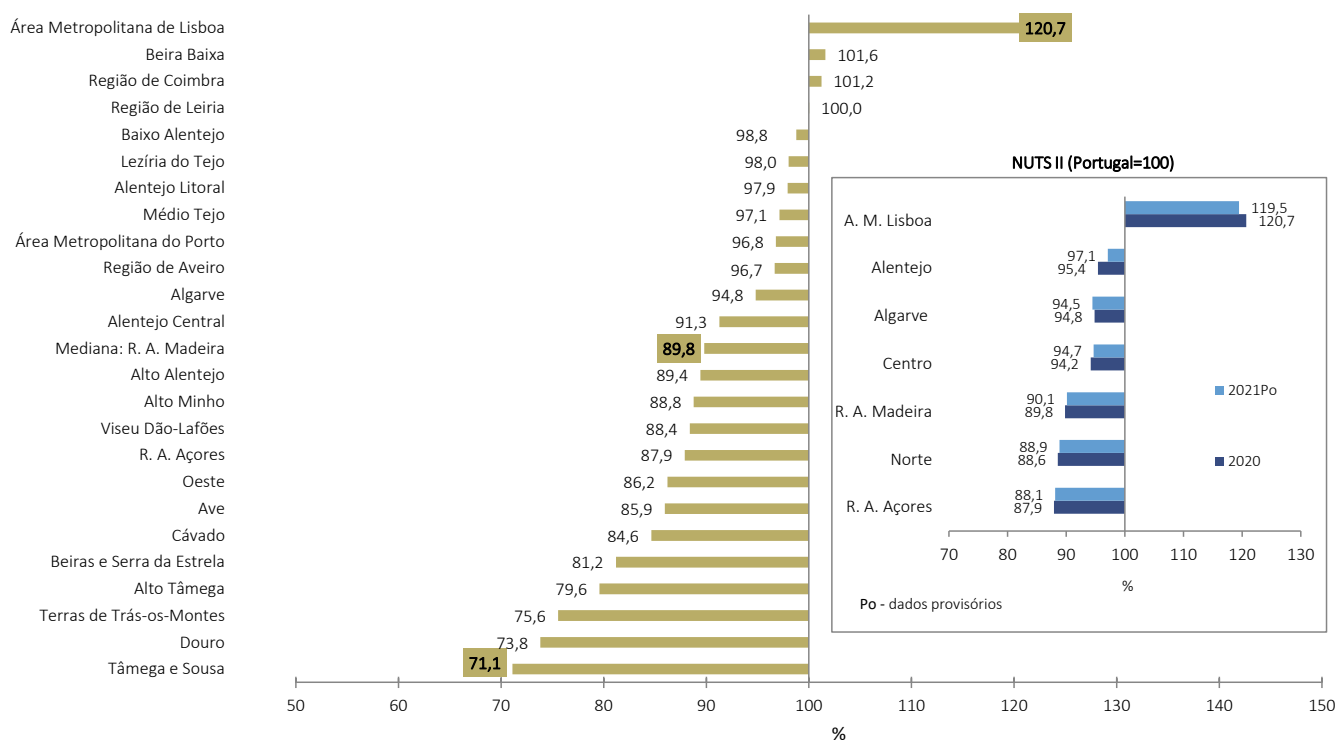
A diferença entre os dois valores extremos do PIB *per capita* das vinte e cinco regiões NUTS III reduziu-se em 2020. Os dois extremos corresponderam ao índice de 128,4 da Área Metropolitana de Lisboa (média do país=100) e 63,6 da região Tâmega e Sousa, tal como no ano anterior, embora se tenha reduzido a diferença entre ambas, de 69,6 p.p. em 2019, para 64,8 p.p. em 2020. Esta evolução refletiu a maior intensidade da diminuição do PIB *per capita* na Área Metropolitana de Lisboa, -7,9%, face à variação de -2,0% na região Tâmega e Sousa.

Em 2020 a região Norte era a NUTS II que apresentava maior disparidade regional, embora menor que no ano anterior, sendo o diferencial de 32,8 p.p. registado entre os índices da Área Metropolitana do Porto (96,4) e do Tâmega e Sousa (63,6). Quanto à região Centro apresentava uma disparidade regional inferior à da região Norte e igual à de 2019, 29,3 p.p., pois apesar do índice do PIB *per capita* da Região de Leiria ter aumentado, passando a ser superior à média nacional em 2020 (101,0 contra 98,3 em 2019), o índice do PIB *per capita* da região das Beiras e Serra da Estrela diminuiu (passou de 79,7 em 2019 para 71,7 em 2020). Por fim, a região do Alentejo evidenciava uma disparidade regional inferior à da região Centro, 25,3 p.p., resultando da diferença entre os índices do Alentejo Litoral (106,5) e do Alto Alentejo (81,2). Face a 2019, registou-se nesta região uma diminuição da disparidade regional, em resultado da redução de 14,7 p.p. do PIB *per capita* na região do Alentejo Litoral e do aumento de 4,2 p.p. do mesmo indicador no Alto Alentejo. Ainda assim, a região do Alentejo Litoral continua a apresentar no país o segundo índice de disparidade regional mais elevado.



Como se pode observar na figura 5, a região da Área Metropolitana de Lisboa apresentava, em 2020 e 2021, índices de disparidade da produtividade² superiores à média nacional, tal como acontecia em relação aos índices de disparidade do PIB *per capita*, embora os índices da produtividade sejam inferiores. As restantes regiões NUTS II apresentavam índices de disparidade da produtividade inferiores à média nacional, embora nas regiões Norte, Centro e Alentejo fossem superiores aos índices de disparidade do PIB *per capita*.

Figura 5. Índices da Produtividade, por NUTS III – 2020 (Portugal=100)



Em 2020, considerando as regiões NUTS III, observou-se uma menor disparidade regional da produtividade, com um diferencial de 49,6 p.p. entre o maior e o menor índice observados, respetivamente, na Área Metropolitana de Lisboa (120,7) e na região do Tâmega e Sousa (71,1). Em 2019 aquele diferencial era de 53,2 p.p. entre as mesmas regiões.

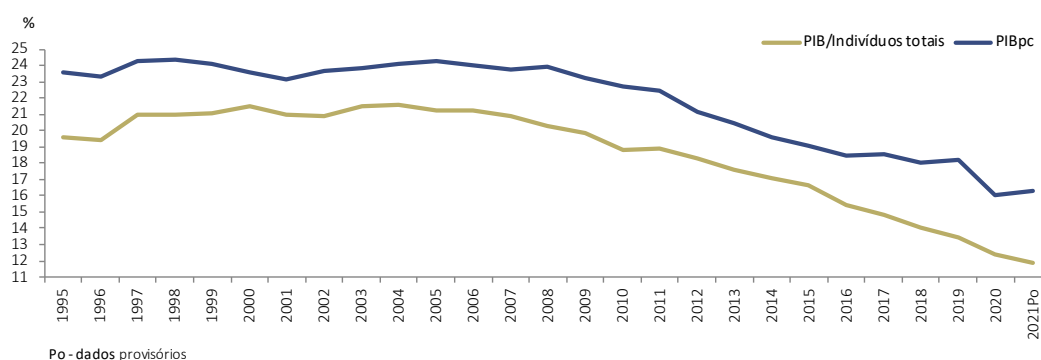
O grau de coesão regional pode ainda ser avaliado pelo desvio absoluto médio ponderado do PIB *per capita* e da produtividade. A figura 6 apresenta a evolução destes indicadores, verificando-se que, em 2020, num contexto de redução da atividade económica, ambos os indicadores diminuíram, embora de forma mais acentuada o relativo ao PIB *per capita* (de 18,2 em 2019 para 16,0 em 2020), aumentando assim o grau de coesão.

² Produtividade avaliada pelo quociente entre o PIB e o número de indivíduos totais empregados.



Em 2021 estimou-se um aumento de 0,3 p.p. no desvio absoluto médio ponderado do PIB *per capita* que se fixou em 16,3, enquanto o desvio absoluto médio ponderado da produtividade diminuiu de 12,4 para 11,9.

Figura 6. Dispersão do PIB *per capita* e da Produtividade por NUTS III – 1995 a 2021Po



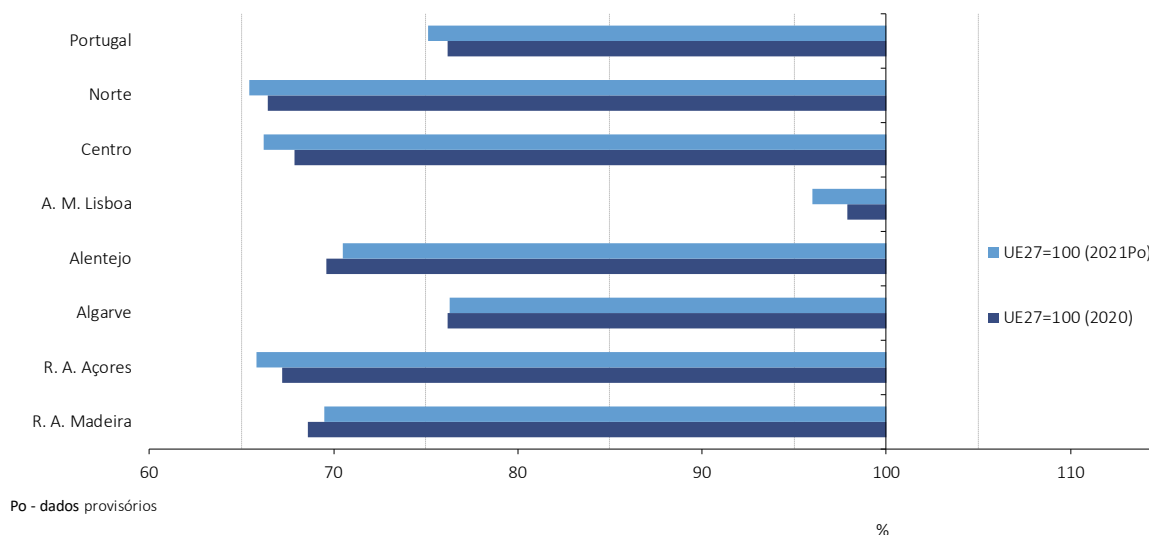
PIB regional expresso em Paridades de Poder de Compra – comparação internacional³

O PIB *per capita* em Portugal, expresso em Paridades de Poder de Compra (PPC), correspondeu a 76,2% e 75,1% da média da União Europeia (UE27) em 2020 e 2021, respetivamente, traduzindo reduções de 2,4 p.p. em 2020 e 1,1 p.p. em 2021, em consequência da conjugação da forte redução da atividade turística em Portugal, por via da pandemia, e do seu elevado peso no PIB. Em 2021, tal como no ano anterior, a Área Metropolitana de Lisboa manteve-se abaixo da média europeia, com um índice 96,0%. Para além desta região, as restantes regiões afastaram-se face à UE27, com exceção do Algarve (76,3%), da Região Autónoma da Madeira (69,5%) e do Alentejo (70,5%), que reduziram o afastamento face à UE27 em 2021.

³ Importa sublinhar que os dados subjacentes à presente análise foram extraídos do portal do Eurostat, apresentando como data da última atualização 18 de abril de 2022, não refletindo portanto eventuais atualizações que venham a ocorrer no futuro próximo, nomeadamente no contexto do quadro de transmissão das Contas Regionais. A apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para PPC, aplicável no quadro da regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado Membro, não sendo contempladas as diferenças intranacionais de preços relativos ao nível das regiões NUTS II ou NUTS III.



Figura 7. Índices de disparidade do PIB *per capita* em PPC – 2020 e 2021Po



Em 2020, como a figura 8 demonstra, existem diferenças consideráveis do PIB *per capita* entre os países da União Europeia, sendo possível verificar que a disparidade observada em Portugal é das menores no conjunto dos países da UE27 com mais do que uma região NUTS II, variando entre 66,4% da média da UE27 na região Norte e 97,9% na Área Metropolitana de Lisboa. Contudo, face a 2019, diminuiu a coesão das regiões de Portugal face à UE27.

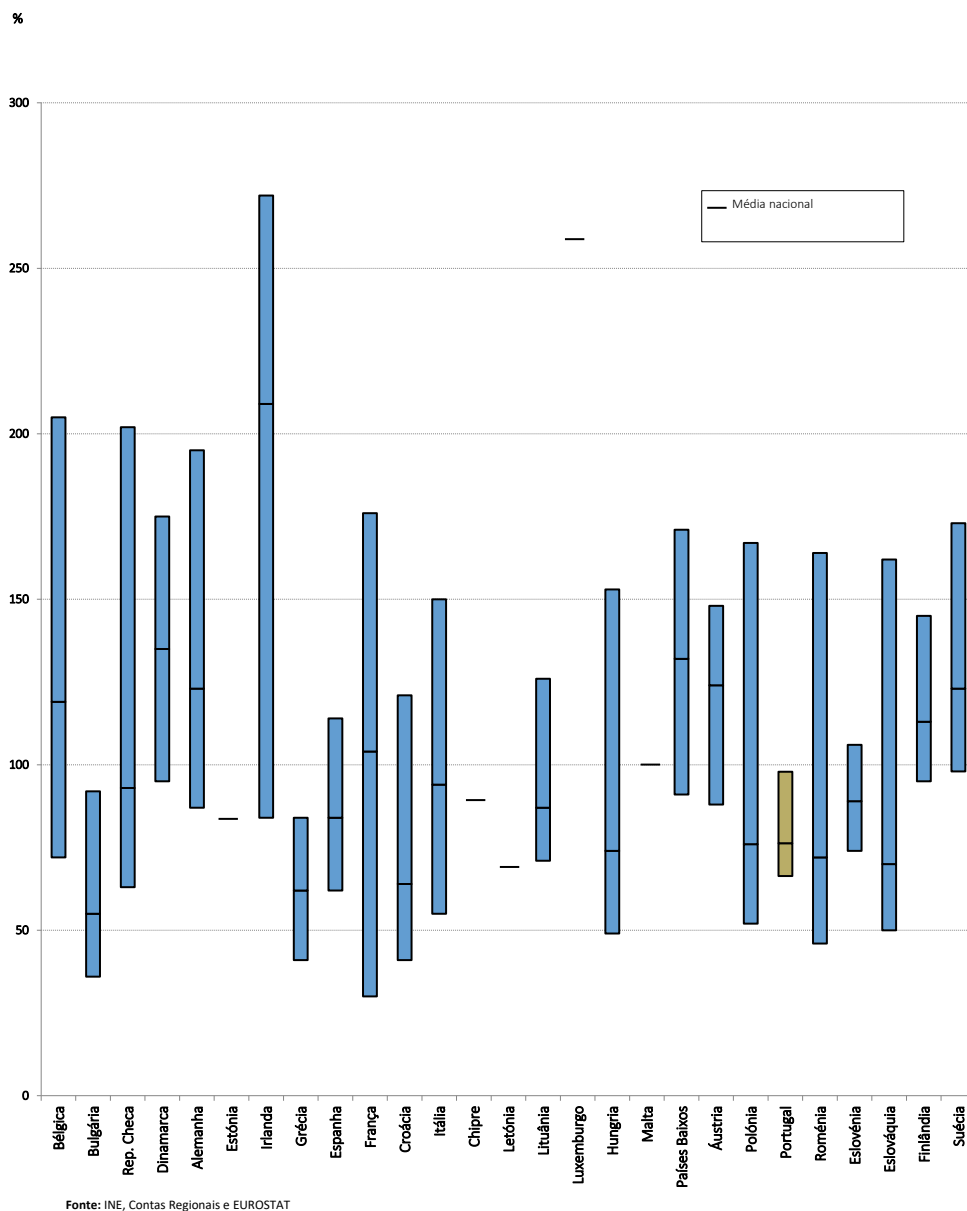
De acordo com a informação disponível na base de dados do Eurostat, o PIB *per capita* regional, expresso em PPC, oscilou entre o mínimo de 30% da média da União Europeia (UE27) verificado na região francesa Mayotte e o máximo de 272% na região Southern na Irlanda, refletindo um aumento da disparidade regional na UE27 quando comparado com 2019 (Mayotte com 28% e Southern com 239%).

As regiões que registaram o PIB *per capita* mais elevado, excluindo Luxemburgo por constituir uma única região (263% da média da UE27), foram as regiões Southern (272%) e Eastern & Midland (211%) na Irlanda, Bruxelas na Bélgica (205%), Praga na República Checa (202%) e Hamburgo na Alemanha (195%).



Figura 8. Disparidade do PIB *per capita* nos países da União Europeia em 2020

Em PPC, UE27=100



Em 2020, ano fortemente marcado pela pandemia COVID-19, quinze países da UE27⁴ melhoraram o seu PIB *per capita* face à média da UE27, tendo seis deles aumentado a coesão interna (Bulgária, República Checa,

⁴ Excluindo os países constituídos por uma única região e a Croácia que alterou a sua geografia, passando de 2 para 4 regiões NUTSII.



Alemanha, Países Baixos, Eslovénia e Finlândia), dois países mantiveram (Hungria e Eslováquia), e os restantes reduziram a coesão interna (Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Lituânia, Polónia, Roménia e Suécia).

Portugal, Grécia, Espanha, França, Itália e Áustria, apresentaram um afastamento do seu PIB *per capita* face à média UE27, embora tenham aumentado a coesão interna.

III. Formação Bruta de Capital Fixo de 2020

Em 2020 a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou um decréscimo nominal de 0,8%, atingindo 38 510 milhões de euros. Contribuíram para esse decréscimo o Norte (-0,5 p.p.), o Centro (-0,3 p.p.), a Área Metropolitana de Lisboa (-0,2 p.p.), o Algarve (-0,1 p.p.) e a Região Autónoma da Madeira (-0,1 p.p.). Pelo contrário, o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores apresentaram contributos positivos de 0,2 p.p. e 0,1 p.p., respetivamente.

Figura 9. Formação Bruta de Capital Fixo por NUTS II – 2020

Regiões	2020			
	10 ⁶ Euros	%	Variação Anual (%)	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
Norte	11.948	31,0	-1,5	-0,5
Centro	6.997	18,2	-1,4	-0,3
A. M. Lisboa	13.648	35,4	-0,4	-0,2
Alentejo	2.707	7,0	3,6	0,2
Algarve	1.696	4,4	-3,0	-0,1
R.A. Açores	712	1,8	5,9	0,1
R.A. Madeira	795	2,1	-5,2	-0,1
Extra-regio	7	0,0	-	-
Portugal	38.510	100,0	-0,8	-0,8

Para a diminuição da FBCF na Região Autónoma da Madeira (-5,2%) foi determinante o decréscimo do investimento no ramo da *administração pública, defesa, saúde e educação* e no ramo das *atividades imobiliárias*, com variações de -19,3% e -13,1%, respetivamente. A variação negativa da FBCF no Algarve (-3,0%) e no Norte (-1,5%) resultou, sobretudo, do decréscimo do investimento no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (-19,6% e -21,7%, respetivamente). Na Região Centro a diminuição da FBCF (-1,4%) explica-se principalmente pela diminuição do investimento na *indústria e energia* (-7,6%) e no ramo das *atividades imobiliárias* (-10,3%). Na Área Metropolitana de Lisboa, o investimento no ramo dos *serviços prestados às empresas* decresceu 22,3%, sendo o principal responsável pela diminuição da FBCF desta região (-0,4%), que não foi mais acentuada devido ao aumento do investimento nos ramos das *atividades financeiras e de seguros* e da *administração pública, defesa, saúde e educação*.



Para o crescimento da FBCF na Região Autónoma dos Açores (5,9%) e no Alentejo (3,6%) foi determinante o acréscimo do investimento realizado no ramo da *administração pública, defesa, saúde e educação* (26,4% e 24,6%, respetivamente) e no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (15,9% e 16,2%, respetivamente), sobressaindo o acréscimo do investimento em atividades ligadas aos transportes. No Alentejo, o crescimento do investimento esteve, essencialmente, associado às Administrações Públicas em ambos os ramos.

Em 2020, a Área Metropolitana de Lisboa apresentou um investimento de 13 648 milhões de euros correspondentes a 35,4% do total do investimento nacional, seguida da região Norte (11 948 e 31,0% do total) e da região Centro (6 997 e 18,2%). Nas restantes quatro regiões, responsáveis por cerca de 15,0% do investimento total, o menor peso no total nacional foi o da Região Autónoma dos Açores (1,8%) e o maior foi o do Alentejo (7,0%).

IV. Contas das famílias de 2020

O Rendimento Primário Bruto (RPB⁵) atingiu, em 2020, 140 475 milhões de euros e o Rendimento Disponível Bruto (RDB⁶) fixou-se em 141 590 milhões de euros, o que correspondeu a decréscimos nominais de 2,2% e 1,3%, respetivamente, face a 2019.

Na figura 10 pode observar-se que o RPB contraiu mais que a média nacional no Algarve (-8,5%), na Região Autónoma da Madeira (-3,8%) e na Área Metropolitana de Lisboa (-3,5%), devido à diminuição significativa das remunerações e do excedente bruto/rendimento misto nestas regiões, associada às respetivas estruturas produtivas, ampliando os efeitos da pandemia COVID-19. Pelo contrário, observaram-se decréscimos inferiores à média nacional na Região Autónoma dos Açores (-1,2%), no Norte (-1,1%) e no Centro (-0,7%), ficando o RPB inalterado no Alentejo.

Quanto ao RDB, os maiores decréscimos observaram-se no Algarve (-4,3%), na Região Autónoma da Madeira (-3,5%) e na Área Metropolitana de Lisboa (-1,9%), decréscimos claramente superiores ao registado no país. Contudo estes decréscimos foram, em grande medida, atenuados, face aos do RPB, pelas prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, pagas pelas administrações públicas, com especial impacto no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, onde cresceram 13,2% e 8,5%, respetivamente, face a 7,2% no país. Iguamente o comportamento dos impostos nestas três regiões, com crescimento inferior ao país, beneficiou-as na passagem ao RDB.

⁵ Rendimentos diretos das famílias gerados pela sua participação no processo produtivo e saldo dos rendimentos de propriedade.

⁶ Resulta das alterações no RPB decorrentes da ação redistributiva dos rendimentos pela política fiscal e do saldo das outras transferências correntes.



Figura 10. Rendimento Primário Bruto e Rendimento Disponível Bruto das Famílias por NUTS II – 2020

Regiões	2020					
	RPB			RDB		
	Total	Estrutura	Variação Anual	Total	Estrutura	Variação Anual
	10 ⁶ Euros	%	%	10 ⁶ Euros	%	%
Norte	43.122	30,7	-1,1	43.694	30,9	-0,7
Centro	27.518	19,6	-0,7	29.071	20,5	-0,7
A. M. Lisboa	47.813	34,0	-3,5	45.597	32,2	-1,9
Alentejo	9.258	6,6	0,0	9.512	6,7	-0,2
Algarve	6.503	4,6	-8,5	7.158	5,1	-4,3
R. A. Açores	3.204	2,3	-1,2	3.282	2,3	-1,2
R. A. Madeira	3.056	2,2	-3,8	3.276	2,3	-3,5
Portugal	140.475	100,0	-2,2	141.590	100,0	-1,3

Na Região Autónoma dos Açores, o rendimento disponível das famílias apresentou um decréscimo (-1,2%) próximo da média nacional, enquanto no Norte e no Centro (ambos com -0,7%) e no Alentejo (-0,2%) os decréscimos foram inferiores à média nacional.

A figura 11 permite evidenciar as assimetrias regionais dos principais indicadores de rendimento: PIB *per capita*; RPB e RDB das famílias *per capita*. Embora as diferenças regionais do RDB *per capita* e, sobretudo, do RPB *per capita* das famílias sejam significativas, apresentam valores inferiores aos do PIB *per capita*, como se pode observar.

Figura 11. Distribuição regional e Índices de disparidade do PIB, RPB e RDB *per capita* por NUTS II – 2020

Regiões	2020					
	PIB pc		RPB pc		RDB pc	
	Euros	Índice	Euros	Índice	Euros	Índice
Norte	16.965	87	12.076	89	12.236	89
Centro	17.330	89	12.377	91	13.076	95
A. M. Lisboa	24.996	128	16.682	122	15.909	116
Alentejo	17.773	91	13.189	97	13.550	99
Algarve	19.462	100	14.840	109	16.335	119
R. A. Açores	17.167	88	13.214	97	13.532	98
R. A. Madeira	17.512	90	12.028	88	12.893	94
Portugal	19.473	100	13.642	100	13.751	100
Máx-Min	8.031	41	4.654	34	4.099	30

Em 2020, o diferencial entre a região com maior e menor índice de PIB *per capita*, RPB *per capita* e RDB *per capita* foi de 41%, 34% e 30%, respetivamente, tendo havido um desagravamento na disparidade desses três



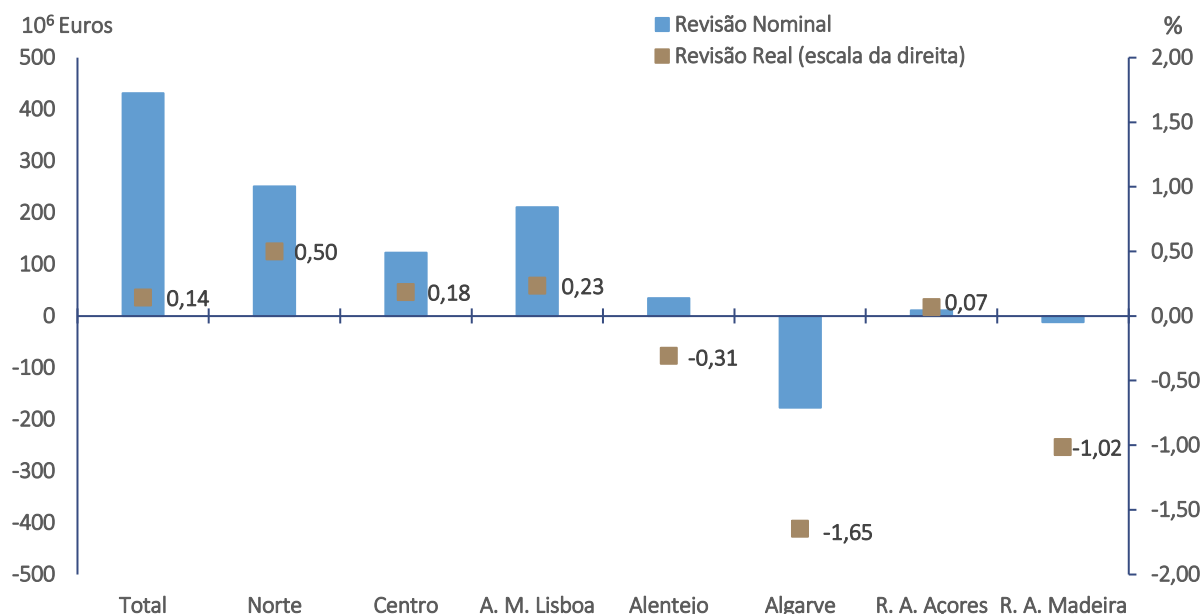
indicadores em relação ao ano anterior. Como seria de esperar, a redistribuição dos rendimentos reduziu, de forma significativa, as diferenças entre as regiões, havendo uma diminuição expressiva da disparidade na passagem do RPB *per capita* ao RDP *per capita*.

Para o país, o RDB *per capita* é praticamente idêntico ao RPB *per capita*. Ainda assim, tendo como referência a média do país, é de assinalar que a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região que, com a ação redistributiva dos rendimentos e das outras transferências correntes, apresentou um índice de RDB *per capita* inferior (cerca de 7 p.p.) ao respetivo índice de RPB *per capita*. Com a exceção do Norte, as restantes regiões beneficiaram em termos relativos das transferências sociais, aumentando o RDB *per capita* face ao RPB *per capita*, sobretudo o Algarve e a Região Autónoma da Madeira (com 10 p.p. e 6 p.p., respetivamente) e o Centro (4 p.p.).

V. Revisões

A revisão nominal em alta do PIB nacional em 2020 face à conta provisória, em consequência da compilação das Contas Nacionais finais, traduziu-se em revisões no mesmo sentido no PIB das diferentes regiões, com exceção do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, como ilustra a figura seguinte.

Figura 12. Revisão do PIB por NUTS II – 2020



Para a revisão do PIB do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, contribuiu uma revisão em baixa relevante do VAB dos *serviços prestados às empresas* nestas regiões, especificamente em ramos ligados à



atividade turística, como as atividades de aluguer, agências de viagem, operadores turísticos e trabalho temporário, com contributos para a revisão de -1,3% e -0,9% respetivamente. O PIB do Algarve foi também afetado pela revisão em baixa do VAB dos *outros serviços*, onde se incluem as atividades artísticas e de espetáculos.

Para a revisão em alta do PIB do Norte contribuiu sobretudo a revisão em alta do VAB do ramo da *Indústria e energia*, ramo particularmente relevante na estrutura produtiva da região e, ainda, a revisão em alta do VAB dos *serviços prestados às empresas*.